

DECLARAÇÃO DE JARABACOA
OS CRISTÃOS E A AÇÃO POLÍTICA

Sob a direção de Deus e convocado pela FTL, um grupo de evangélicos, entre os quais teólogos e políticos da América Latina, nos reunimos em Jarabacoa, República Dominicana, nos dias 24 a 28 de maio de 1983, para refletirmos sobre o tema "A Teologia e a Prática do Poder". Desfrutamos do companheirismo cristão e das bênçãos resultantes do intercâmbio de experiências diversas.

Reconhecemos nossas limitações passadas e presentes, ao relacionarmos nossa fé cristã com uma ação política concreta.

Reconhecemos e lamentamos a generalizada apatia e indiferença do povo evangélico latino-americano, no que tange às realidades sociais e políticas de nossos países. Temos consciência de que diversas razões têm influído para esta apatia e indiferença. Não há dúvida de que observamos um recente interesse nestes assuntos como uma evidente ação do Espírito Santo, através do qual tal interesse deve ser aprofundado e alentado.

O diálogo criativo e a séria reflexão desenvolvidos em nosso encontro nos chamaram, uma vez mais, à responsabilidade no campo político, não apesar da nossa fé, mas sim por causa desta.

Reafirmamos nossa firme convicção de fé nas Sagradas Escrituras e, dentro da tradição da Reforma, proclamamos o senhorio de Cristo sobre o indivíduo e sobre a sua igreja. Com a mesma força confessamos que Ele é o Senhor de toda a realidade criada. Consideramos que o poder redentor e renovador de Cristo afeta, não somente o indivíduo, como também a esfera social, econômica, cultural e política nas quais este se desenvolve.

Creemos que o campo político, apesar da sua importância, é onde menos temos levado as respostas que Deus oferece na sua Palavra. Com o Pacto de Lausanne, proclamamos que "a salvação que alegamos possuir deve estar nos transformando na totalidade de nossas responsabilidades pessoais e sociais. A fé sem obras é morta".

Como discípulos de Cristo, sentimos que seu mandato de "ir por todo o mundo e fazer discípulos" envolve, muito mais que a proclamação e como parte desta, o cumprimento de uma missão de encarnação e serviço. Nosso lugar é o mundo, onde devemos atuar como sal e luz.

Estamos conscientes de que, para levar a-vante esta tarefa, precisamos contar com a constante presença do Senhor, que vive e é vitorioso. Com a força de seu Espírito obteremos sabedoria e recursos para agir conforme a sua vontade, neste nosso tempo.

Como fruto destas reflexões, e com espírito de humildade e amor cristão, atrevemo-nos a apresentar ao povo evangélico latino-americano esta Declaração.

I. PRINCÍPIOS BÍBLICO-TEOLÓGICOS

1. A Criação

1.1 Deus é o criador e sustentador de to-

das as coisas, como também o Senhor de sua criação e da história.

- 1.2 Deus criou o ser humano como o ápice de toda a sua obra e dotou-o de uma dignidade que transcende qualquer fator circunstancial.
- 1.3 O ser humano foi criado para viver em comunidade e só atinge o seu pleno desenvolvimento numa relação de amor com os demais (família, igreja, povo, etc).
- 1.4 O ser humano foi criado por Deus com a capacidade de realizar um trabalho criativo, achando neste uma fonte de prazer, realização pessoal e satisfação de suas necessidades básicas.
- 1.5 O ser humano foi criado como mordomo da terra, com a responsabilidade de cultivá-la e de utilizar seus recursos para a glória de Deus e para seu próprio bem.
- 1.6 A ordem política foi prevista por Deus como uma forma de ordenar a vida em sociedade, de tal maneira que cada membro desta se realize plenamente em relação com Deus, com a criação, com seus semelhantes e consigo mesmo.

2. O pecado

- 2.1 O ser humano, como ser livre, optou por romper o pacto original com Deus, provindo daí a sua alienação básica em relação ao seu Criador, à ordem natural, a seus semelhantes e a si mesmo.
- 2.2 Ao desprezar a Deus, o ser humano perdeu a glória de sua dignidade.
- 2.3 Deslocando a Deus do centro de sua existência, o ser humano fez-se néscio, envaideceu-se em seus próprios raciocínios e se entregou a sistemas e estruturas que oferecem uma falsa segurança. Seu pecado adquiriu, assim, uma dimensão social.

-
- 2.4 A autoridade política foi ordenada por Deus como um meio de preservar a vida em sociedade, mitigando os efeitos do egoísmo e colocando limites à violência social.

3. A redenção

- 3.1 Jesus Cristo, Deus encarnado, se nos oferece como redentor e como paradigma perfeito para todos os homens e mulheres, a fim de que neles se forme a Nova Humanidade.
- 3.2 A igreja é o corpo de Cristo, através do qual Deus penetra no mundo com sua mensagem de conversão e santificação pelo Espírito Santo.
- 3.3 A principal tarefa da igreja é capacitar os crentes a serem homens novos, que reflitam o caráter de Cristo e manifestem o Reino de Deus.
- 3.4 A igreja não é chamada a elaborar propostas políticas específicas, nem a identificar-se com nenhum sistema de organização social, nem a formar partidos políticos.
- 3.5 A igreja é chamada, isto sim, a solidarizar-se com as lutas humanas que visam superar a opressão, a miséria, a ignorância, etc. Por isso, a igreja tem um papel profético que a leva a denunciar os sistemas injustos e a colaborar na construção de uma sociedade mais justa e fraterna.
- 3.6 O Estado tem relação com o propósito de redenção de Deus, pois é sua tarefa criar um ambiente de tranquilidade e paz que possibilite a proclamação do evangelho em palavra e ação.

4. Perspectiva escatológica

- 4.1 Toda a missão da igreja deve ser feita com uma oração ao Senhor: "Venha teu reino". Com isto a igreja expressa o interino, o inacabado de sua missão, pois espera que o Senhor, na sua vinda, purifique e aperfeiçoe tudo o que se fez em seu nome.
- 4.2 Por outro lado, a expectativa escatológica da igreja relativiza todo sistema econômico e toda forma de governo, pois qualquer sociedade, por mais que supere aquela que a precedeu, não é a pátria definitiva que os cristãos esperam, mas apenas uma pátria temporária, até que venha o Reino de Deus na sua plenitude.

II. PRINCÍPIOS PARA A AÇÃO POLÍTICA

Os princípios fundamentais sobre os quais entendemos que devem atuar os cristãos, a partir da perspectiva de seu compromisso com o Reino de Deus, são os seguintes:

1. O valor da pessoa

O ser humano é a realidade suprema e final no marco da ordem temporal. Sua existência plena é o fim último de toda aspiração e organização social. Jamais deve ser considerado como um meio ou colocado como valor secundário. O desenvolvimento integral da pessoa deve ser uma realidade certa para todo ser humano, sem distinção de sexo, idade, raça, credo, ideologia, nacionalidade ou condição social. O fim de toda ação política deve ser possibilitar a todo homem, mulher ou criança uma vida humana plena.

2. A Verdade

A prática da verdade é fundamental para

toda relação humana e, conseqüentemente, para toda convivência social. Sem que domine a verdade, a vida social torna-se caótica e anárquica. Só a vivência plena de uma sólida integridade moral nutrida pela verdade pode ser garantia de ordem, liberdade e justiça. A verdade como atitude disciplinada quanto à realidade deve ser a origem e a meta de toda ação política orientada para uma vida humana plena. A verdade é, por sua vez, o meio pelo qual se pode atingir a plena realização da vida humana que a política se propõe alcançar com sua ação.

3. A liberdade

A liberdade é impossível sem a prática da verdade. É direito inalienável de todo ser humano e o valor máximo de sua existência como tal. É a capacidade que tem cada ser humano de viver e atuar de uma forma total, na qualidade de pessoa, sem imposições arbitrárias. Esta capacidade vai até onde chega o direito que têm os seus semelhantes de serem também pessoas plenas e completas. Todo programa de ação política deve ter o cuidado de reconhecer a capacidade que tem cada ser humano de se desenvolver a fim de realizar-se como pessoa, e deve facilitar todas as oportunidades e estímulos possíveis para este fim.

4. A Justiça

A justiça torna-se impossível, caso a verdade e a liberdade forem frustradas. Por ordem de direito, a justiça é a aplicação da lei com o fim de que cada pessoa consiga a realização de seus direitos e cumpra a imposição de seus deveres na sociedade. Para que estes objetivos se realizem, a administração da justiça tem que ser imparcial, equitativa, acessível, independente, rápida e eficaz. Onde quer que todo ser humano encontre, na ordem jurídica, um

recurso onde possa amparar-se do abuso e onde possa defender-se da invasão dos seus direitos, ali haverá justiça. Uma ação política justa é aquela que vela para que a justiça alcance a todos, especialmente os pobres e marginalizados na sociedade. Deve norteá-la um alto sentido social, a fim de que assegure o desaparecimento das odiosas desigualdades no usufruto dos bens e serviços, as quais lesam a pessoa na sua dignidade de criatura segundo a imagem de Deus.

5. A Paz

A paz é filha da verdade, da liberdade e da justiça. Como tal, é o resultado da reconciliação dos elementos díspares da sociedade, sem que estes renunciem a sua identidade nem se elimine a heterogeneidade. A paz só é real e duradoura quando surge de um pluralismo no qual a unidade se verifique na diversidade. Uma ação política responsável procura desenvolver um pluralismo que, com sua riqueza de matizes, enriqueça o corpo social e ofereça a todos a oportunidade de darem a sua contribuição particular para o bem geral.

6. A solidariedade

A solidariedade é a expressão concreta da vontade fraternal de seres humanos que vivem num contexto de verdade, liberdade, justiça e paz. O sentimento de mútua dependência com vistas ao objetivo do bem comum é básico para o estabelecimento de uma ordem social justa. Ninguém pode ser plenamente feliz se os demais não o forem. Uma ação política solidária é aquela que sabe conjugar a capacidade e a ação dos diferentes elementos constitutivos da sociedade, a fim de possibilitar a todos a mais plena realização como pessoas.

7. A democracia

A democracia é um sistema de convivência social mediante o qual uma sociedade se organiza com base na participação livre e responsável de todos os seus participantes, na tomada de decisões e na execução das mesmas. Como tal, a democracia é o melhor caminho para se alcançar uma sociedade na qual se imponham os valores supremos que cooperam para o desenvolvimento da pessoa humana. Isto significa que a democracia é um estilo de vida que respeita o exercício de todos os direitos inerentes ao ser humano. Para uma ação política democrática, a democracia não pode limitar-se a meras expressões de caráter jurídico ou político, mas tem de incluir as dimensões econômica e social.

8. A política

A política é uma realidade iniludível, uma vez que é a esfera natural da vida humana que facilita o completo exercício da dimensão própria do homem no plano social. A política é um instrumento adequado para o desenvolvimento da verdade, da liberdade, da justiça, da paz, da solidariedade e da democracia entre os homens. Por ser um meio e não um fim, a política tem relação com a situação, a organização, a competência e os direitos próprios dos seres humanos, no objetivo de alcançar os fins que levam ao bem-estar geral.

9. A sociedade civil e a sociedade política

É a vontade de Deus que as pessoas se associem, a fim de atingirem o seu pleno desenvolvimento como tais. A família é a primeira e a mais importante das associações. Estas assumem diferentes formas, tais como, sindicatos, grêmios profissionais, partidos, etc. É possível, pois, considerar como natural que os homens que habitam num mesmo território possam,

soberanamente, decidir sobre os assuntos que lhes competem. Deste modo, todos os cidadãos fazem parte do Estado, com os conseqüentes direitos e deveres. O governo é o conjunto das instituições que tornam possível a administração do Estado, exercendo um poder que lhes é delegado por aqueles cidadãos. Os governantes são as pessoas designadas para o manejo das instituições do Estado. É importante não confundir a lealdade devida ao Estado com a que se deve outorgar ao governo ou aos governantes.

III. ÁREAS PARA UMA AÇÃO POLÍTICA RESPONSÁVEL

À luz dos princípios bíblico-teológicos e da ação política, consideramos necessário levar em conta as seguintes áreas para uma ação política responsável:

1. O Indivíduo

- 1.1 A pessoa é o objeto preferido do amor de Deus, que é o único que tem direito sobre sua vida e integridade. Por isso, repudiamos qualquer forma de repressão de caráter político que se manifeste mediante prisões, desaparecimentos, torturas, deportações, despojos e morte.
- 1.2 A função primordial do Estado é assegurar aos indivíduos direitos fundamentais, tais como o direito à vida, à liberdade, à alimentação, ao trabalho, à saúde, à moradia, à educação, à livre associação e a crer ou não, conforme os ditames da sua consciência.
- 1.3 Deus criou o ser humano como homem e mulher. Repudiamos firmemente o grau de exploração machista de que tem sido objeto a mulher na América Latina. Defendemos a igualdade jurídica, trabalhista, profissional, educacional, moral e cul-

tural de todos os seres humanos.

- 1.4 Afirmamos os direitos humanos em todo o mundo, e reconhecemos a autoridade da Organização das Nações Unidas (ONU) e organismos similares que visam promover o respeito aos mesmos.

2. A Família

- 2.1 Todo ser humano tem direito a formar uma família. A família, como unidade fundamental da sociedade, tem o dever, não só de procriar, mas também de formar melhores seres humanos e cidadãos.
- 2.2 Consideramos necessários a vigência de uma pátria e de uma legislação integral que contemple os direitos de cada um de seus componentes.

3. A educação

- 3.1 Consideramos a educação como um direito do ser humano e um dever que compete à família, à igreja e ao Estado.
- 3.2 A educação pública é responsabilidade do Estado e deve ser integral, acessível e gratuita.
- 3.3 Defendemos todo esforço privado que estimule o desenvolvimento de cada pessoa com igualdade.
- 3.4 Defendemos uma educação formativa e metodologicamente atualizada e, ao mesmo tempo, rechaçamos uma educação acadêmica, utilitarista e contrária aos interesses humanos.

4. O trabalho

- 4.1 O trabalho é um meio através do qual o ser humano se associa com Deus na sua tarefa criativa no mundo. Todo ser humano tem direito ao trabalho como meio de subsistência e expressão pessoal e social.

- 4.2 É dever do Estado adotar uma política trabalhista que propicie oportunidades de trabalho para todos, conforme sua vocação. Percebemos a necessidade de humanizar e de colocar a tecnologia a serviço do ser humano, e não este a serviço daquela.
- 4.3 Chamamos a atenção a que se estabeleçam relações trabalhistas justas, buscando eliminar a situação de pobreza e marginalidade crescente do trabalhador urbano e rural.
- 4.4 Auspiciamos toda política que se proponha a oferecer um sistema de segurança social, que impeça um despojamento injustificado, diminua as taxas de subemprego e desemprego, e resguarde o poder aquisitivo do salário real do trabalhador.

5. A economia

- 5.1 Entendemos a atividade econômica como uma relação social que garanta a satisfação plena das necessidades temporais do ser humano. O objetivo do econômico não visa exclusivamente ao lucro e à acumulação de capital, mas principalmente à inversão social e à produção de bens e serviços de consumo essencial.
- 5.2 Consideramos que os fatores de produção (a terra, o capital, o trabalho e a organização) têm, acima de tudo, uma função social, e seu uso, aproveitamento e exploração devem estar condicionados aos interesses da coletividade e à totalidade da nação.
- 5.3 A autodeterminação econômica é um elemento essencial da soberania dos povos. Por isso, consideramos ser tarefa urgente a recuperação, por parte dos nossos países, das concessões econômicas feitas a grupos e interesses estrangeiros, assim

-
- como a minorias privilegiadas, que le-
sam o patrimônio nacional e são atenta-
tórios à nossa autonomia.
- 5.4 Defendemos a democratização da proprie-
dade, especialmente da terra, por meio
de um regime de propriedade que garanta
o acesso à mesma por parte daqueles que
a trabalham.
- 5.5 Apoiamos uma nova ordem econômica inter-
nacional, que assegure a defesa de nos-
sos recursos naturais e uma participação
mais justa nos mercados. Da mesma forma,
insistimos quanto ao estabelecimento de
relações financeiras equitativas e que
os recursos científicos e tecnológicos
possam estar ao alcance de nossos países
em termos mais favoráveis.
- 5.6 Dada a semelhança da situação sócio-eco-
nômica dos países latino-americanos, de-
fendemos uma maior cooperação e integra-
ção econômica a nível regional e conti-
nental. De igual modo nos manifestamos
em favor de uma cooperação mais signi-
ficativa com outros países do mundo que
ainda não atingiram o seu desenvolvimen-
to.
- 5.7 Declaramos que Deus, ao colocar o homem
como mordomo da terra, não renunciou ao
seu senhorio sobre a criação. Por isso,
manifestamo-nos contrários ao mau uso
do meio-ambiente como resultado de uma
exploração indiscriminada e irracional
que ameaça destruir a base biológica de
nossa existência, degradando a qualida-
de de vida.

6. A saúde

- 6.1 A saúde é a expressão de uma vida plena
e tanto inclui o físico como o mental,
o social e o espiritual.

-
- 6.2 A sociedade deve ter uma estrutura de saúde que cubra a todos os indivíduos de forma adequada. Reconhecemos também a necessidade de que toda comunidade aprenda a defender sua própria saúde.
 - 6.3 A igreja, através de organismos de serviço, deve comprometer-se em promover a saúde.

7. A Cultura

- 7.1 Aplaudimos todo esforço privado e estatal que estimule o desenvolvimento dos valores culturais e artísticos das nações.
- 7.2 Incentivamos toda iniciativa que motive a investigação científica, o desenvolvimento tecnológico e a formação humanista para o bem dos povos.

8. Os direitos humanos

Alertados pela triste situação dos direitos humanos em nosso continente e em consonância com a Palavra de Deus e a Declaração Universal dos Direitos Humanos:

- 8.1 Comprometemo-nos a lutar em defesa das populações indígenas contra o extermínio físico, social e cultural a que são submetidos; pela preservação dos seus valores culturais e dos recursos naturais necessários à sobrevivência.
- 8.2 Propomo-nos combater o racismo, que afeta especialmente as populações negras do nosso continente, e todo tipo de discriminação social, em particular no campo da educação, da cultura, das relações sociais e do trabalho.
- 8.3 Apoiamos uma ampla defesa dos cidadãos acusados de crimes comuns ou políticos, a proporcionalidade entre a pena e o delito, a integridade física e psíquica do

detido, bem como programas de reabilitação que permitam ao ex-delinquente integrar-se a uma vida social útil.

- 8.4 Reivindicamos medidas em favor dos que estão impedidos, a fim de que gozem de condições de vida e de trabalho e se integrem às instituições e processo sociais; em favor dos idosos, a fim de que tenham o apoio efetivo e os meios de vida até o fim de seus dias; em favor dos estrangeiros, para que não sejam submetidos a discriminações e hostilidades em função de sua nacionalidade.

9. As Comunicações

- 9.1 Reconhecemos a influência dos meios de comunicação na promoção e afiançamento de determinadas formas de comportamento, pelo que estes precisam ajustar-se à afirmação da dignidade da pessoa.
- 9.2 Defendemos o direito que tem cada pessoa de estar objetivamente informada, assim como de expressar livremente o seu pensamento.
- 9.3 Declaramos inadmissível a manipulação dos meios de comunicação por parte de determinados interesses particulares ou estatais.
- 9.4 Os meios de comunicação devem estar a serviço da comunidade e abertos a toda manifestação que represente o sentimento de setores minoritários.

10. Relações internacionais

- 10.1 Cremos que é fundamental o estabelecimento de uma plena cooperação internacional no aspecto econômico, social e político, através de relações bilaterais e multilaterais, respeitando os princípios da auto-determinação dos povos, a

- não-intervenção e igualdade jurídica.
- 10.2 Incentivamos também a necessidade de se desenvolverem relações mais amplas com o continente africano, principalmente com os povos de origem luso-espanhola.
 - 10.3 Opomo-nos firmemente à corrida armamentista, defendemos a utilização dos meios diplomáticos como forma de solucionar os conflitos internacionais e condenamos terminantemente o uso da energia nuclear para fins bélicos.

IV. SUGESTÕES PRÁTICAS PARA A AÇÃO POLÍTICA DOS CRISTÃOS

Baseados nos princípios bíblico-teológicos e de ação política enunciados, animamos o povo evangélico a atuar da seguinte forma, nas áreas mencionadas:

1. Congregações locais

- 1.1 Intercedendo em oração pela nação e suas autoridades, confessando os pecados sociais e agradecendo os benefícios por Deus concedidos.
- 1.2 Ensinando todo o conselho de Deus e formando homens e mulheres, para que vivam segundo os valores do Reino.
- 1.3 Servindo, por todos os meios possíveis, por amor ao próximo, dando atenção especial aos setores menos privilegiados da população.
- 1.4 Declarando o juízo de Deus com respeito aos pecados pessoais e sociais, com vistas ao arrependimento, ao perdão e à reconciliação em Cristo.
- 1.5 Estimulando a consideração para com a situação concreta de nossos povos e a reflexão sobre a responsabilidade cristã frente a ela.

-
- 1.6 Fomentando entre seus membros uma vida comunitária que seja modelo para toda a sociedade.

2. Associações e denominações eclesiásticas

- 2.1 Fomentando a reflexão e a ação comum em torno de interesses e problemas nacionais, regionais e internacionais.
- 2.2 Esforçando-se para alcançar um consenso com relação à identificação dos problemas que a realidade estabelece e as soluções possíveis, a partir de uma perspectiva cristã.
- 2.3 Auspiciando uma educação teológica que contemple a formação política básica dos estudantes e encontros que ajudem o povo evangélico a tomar consciência do seu papel referente à vida nacional.
- 2.4 Reivindicando perante as autoridades as aspirações legítimas da comunidade.

3. Movimentos e grupos especializados

- 3.1 Organizando-se em movimentos ou grupos de estudantes, profissionais, trabalhadores, empresários, domésticas, docentes e outros, com o propósito de refletir e atuar em relação aos problemas de nossas sociedades.
- 3.2 Participando conjuntamente em grupos constituídos, como partidos políticos, sindicatos, associações civis, etc. Esta ação deve estar em harmonia com o evangelho e iluminada pela experiência histórica da igreja.

4. Crentes como indivíduos

- 4.1 Reconhecendo a validade da autoridade do Estado e, particularmente, de suas

instituições para o ordenamento da vida em sociedade.

- 4.2 Assumindo seus direitos de eleger e/ou ser eleito e de pedir contas às autoridades estabelecidas.
- 4.3 Pagando os impostos e encargos tributários estabelecidos.
- 4.4 Servindo responsabilmente à pátria toda vez que esta o exija e sempre que isto seja compatível com o senhorio de Cristo sobre a sua vida.

CONCLUSÃO

Ao final da nossa consulta, louvamos a Deus por nos ter permitido reunir para refletirmos à luz da sua Palavra sobre temas de suma importância para a sociedade e a igreja na América Latina. Sentimo-nos oprimidos pela complexidade dos problemas sociais abordados. Tomamos consciência das nossas próprias limitações e das do povo evangélico do qual fazemos parte. Reconhecemos que necessitamos do perdão de Deus por nossa falta de sensibilidade cristã em relação à difícil situação em que vivem nossos povos. Ao mesmo tempo, fomos enriquecidos pela comunhão mútua. Aprofundamos a nossa compreensão das demandas do Reino de Deus neste momento crítico da nossa história. Renovamos nosso compromisso com o Senhor Jesus Cristo, com sua igreja e com as nações nas quais Deus nos colocou para sermos suas testemunhas. Lançamos um apelo a todos os nossos irmãos e irmãs em Cristo, para que se unam a nós no propósito de orar e trabalhar no poder do Espírito Santo, a fim de que o Reino de Deus se manifeste mais plenamente em nossa sociedade. Aos

500 anos de nascimento de Martim Lutero, afirmamos que nossa justificação é pela graça de Deus por meio da fé. Oramos, ainda, para que a nossa fé e a do povo evangélico na América Latina seja sempre a fé que opera pelo amor e se alegra na esperança de novos céus e nova terra, nos quais habita justiça

A Deus seja a glória pelos séculos dos séculos! Amém.

CRISTÃOS RICOS EM TEMPOS DE FOME

Ronald J. Sider

Editora Sinodal, 1984 (239 p.)

Finalmente, temos o livro de Sider em português. Com boa apresentação gráfica e numa edição bem cuidada, a tradução já é da nova edição americana, revisada extensivamente pelo autor e que deve estar sendo lançada por esses dias nos EUA. Já conhecida por muitos, a obra divide-se em três partes. A primeira, "*Os cristãos ricos e Lázaro, o pobre*", apresenta uma análise da pobreza no mundo, e do cada vez maior distanciamento entre países ricos e pobres, entre Hemisfério Norte e Hemisfério Sul. A segunda parte, "*Pobreza e riqueza em perspectiva bíblica*", analisa bíblicamente os temas pobreza e riqueza, trazendo luz sobre "velhos" textos, que de tanto ler talvez já não liamos mais. Na terceira parte, "*Implementação*", o autor se preocupa em dar sugestões concretas de como